



2º SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE DEMOCRACIA E DESIGUALDADES

Brasília, 7 a 9 de maio/2014

CONTROLE DA INFORMAÇÃO E DECISÃO DOS CIDADÃOS ATINGIDOS POR HIDRELÉTRICAS NO SUL DO BRASIL

Jennifer Azambuja de Morais¹
Marcello Baquero²

Resumo: Um dos dilemas da democracia brasileira contemporânea se refere a como conciliar avanços democráticos com igualdade social e a eficácia política. Por eficácia política entendemos o acesso à informação em condições iguais. Desse modo, o controle da informação não é exercido apenas pelos meios de comunicação. No caso dos cidadãos atingidos por usinas hidrelétricas que precisam escolher uma das modalidades de remanejamento oferecidas, o processo de remanejamento é marcado por negociações desiguais, visto que o empreendedor monopoliza as informações e pode controlá-las com o intuito de manipulá-las. Com base nessas circunstâncias o objetivo desse artigo é examinar, numa perspectiva descritiva, as atitudes e comportamentos dos empreendedores em relação ao processo de remanejamento dos cidadãos atingidos, principalmente, em relação às informações repassadas. A análise descritiva é feita por meio dos dados quantitativos do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento “Avaliação dos Resultados e Proposição de Modelo de Elaboração de Programas de Remanejamento da População Atingida por Empreendimentos Hidrelétricos (2010-2014)”.

Palavras-chave: Controle da Informação, Usinas Hidrelétricas e Cidadãos Atingidos

Abstract: One of the dilemmas of Brazilian democracy refers to: how to converge democratic progress with social equality and political efficacy, here defined as citizens' access to information in equal conditions. Thus the control of information is not only exercised by the media. In the case of citizens affected by the construction of hydropower plants they must choose one of the modalities offered for their relocation. The relocation process is marked by unequal negotiations, since the entrepreneurs have the information and can control them with the intent to manipulate them. This article aims to examine, in a descriptive perspective the attitudes and behaviors of entrepreneurs in relation to the process of relocation of affected citizens, especially in relation to the transferred information. The descriptive analysis was conducted through the use of quantitative data from the Research and Development Project entitled: "Evaluation of the results and proposition of a Model for the Design of Reallocation Programs for the affected population by the construction of hydroelectric plants (2010- 2014)".

Keywords: Information Control, Hydroelectric Plants and Affected Citizens.

Introdução

A questão da democracia e sua relação com a desigualdade social constitui-se numa preocupação crescente, tanto de gestores públicos quanto dos atores sociais, na busca de soluções aos graves “males sociais” que se avolumam no Brasil. Nessa

¹ Doutoranda em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: jennifer.amorais@gmail.com

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: nupesal@yahoo.com.br

perspectiva, um dos desafios a ser enfrentado no país onde as condições econômicas e sociais de desigualdade persistem de forma aguda, é o desenvolvimento de uma abordagem compreensiva, que incorpore à reflexão várias abordagens teóricas não mutuamente excludentes.

Por exemplo, o processo de construção de usinas hidrelétricas ocasiona impactos sociais, pois é necessária a realocação de famílias ribeirinhas para que seja possível a implantação desse empreendimento, sendo marcado pela desigualdade dos atores envolvidos: de um lado, o mercado, amparado pelo Estado, e de outro o cidadão atingido, amparado por alguns movimentos sociais³. Isso porque não existe um marco regulatório construído pelo Estado para o processo de realocação dessa população, mas existe uma prática exercida pelo empreendedor, responsável pela usina hidrelétrica (UHE), estabelecida através de um Termo de Acordo de Conduta (TAC), no qual são propostas ao cidadão atingido algumas modalidades de remanejamento, que compreendem indenização em dinheiro (ID), reassentamento rural coletivo (RRC), pequenos reassentamentos rurais (PRR), carta de crédito (CC), reassentamento urbano (RU), reassentamento em áreas remanescentes (RAR) e reassentamento urbano (RU)⁴.

A democracia marcada pela atuação do Estado, mercado e sociedade civil e seus conflitos desiguais, continua nesse caso específico com o controle da informação exercido pelo empreendedor com o intuito de influenciar o cidadão na escolha por uma das modalidades de remanejamento.

O processo de tomada de decisão exige alguns elementos, entre os quais a informação é indispensável, visto que está é algo que precisamos quando nos deparamos com uma decisão (MILLER, 1996) ou como o oposto de incerteza (MCGARRY, 1999). Considerando isso, os cidadãos atingidos por hidrelétricas precisam receber todas as informações relacionadas aos processos de implantação da hidrelétrica e de realocação, para que optem entre uma das modalidades propostas pelo empreendedor (responsável pela hidrelétrica). A omissão de algum dado, por parte de qualquer ator envolvido nesse processo de realocação da população atingida, consistiria no controle da informação, que por sua vez é um controle social exercido por grupos de pressão (Estado,

³ O movimento com grande destaque na implantação de UHEs é o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) que desde 1991 luta pelos direitos dos atingidos por melhores remanejamentos.

⁴ Para este trabalho são analisadas as opções por Carta de Crédito, Reassentamento Rural Coletivo e Pequeno Reassentamento Rural. Pois a modalidade Indenização em Dinheiro é imposta para proprietários de terras com valores superiores a R\$145.000,00, a modalidade Reassentamento em Áreas Remanescentes é uma opção posterior a implantação da hidrelétrica, quando já se foi calculada toda a área necessária para preservação ambiental e a modalidade Reassentamento Urbano aconteceu apenas no caso da cidade de Itá atingida pela UHE de Itá.

empreendedor, movimentos sociais, sindicatos, associações, conselhos municipais e outros) ou pelos meios de comunicação de massa, que agem tentando moldar as opiniões, comportamentos e idéias, ou seja, controlar ou impor uma opinião.

Perante esse cenário, o trabalho objetiva examinar, numa perspectiva descritiva, as atitudes e comportamentos dos empreendedores em relação ao processo de remanejamento dos cidadãos atingidos, principalmente, em relação às informações repassadas, na bacia do rio Uruguai. Isso porque o empreendedor prefere remanejar por modalidades individuais, como indenização em dinheiro e carta de crédito, pois estas não geram vínculos com as famílias atingidas, ou seja, não é necessário nenhum tipo de acompanhamento ou assistência aos cidadãos atingidos depois que optam por uma dessas modalidades de remanejamentos. Para tanto, o trabalho debate sobre democracia formal e desigualdade econômica e política, conceitua o processo de tomada de decisão e o controle da informação. Além disso, analisa os dados quantitativos do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento “Avaliação dos Resultados e Proposição de Modelo de Elaboração de Programas de Remanejamento da População Atingida por Empreendimentos Hidrelétricos (2010-2014)”. Os resultados preliminares demonstram a existência do controle da informação exercida pelo empreendedor, tanto pela omissão de dados como pelo controle da apresentação desses através do tempo.

1 Democracia Formal e Desigualdade Econômica e Política

A questão da democracia na sua dimensão social na América Latina mantém sua atualidade, se não por outras razões, pelo fato de que as instituições formais da democracia representativa e os enfoques institucionais não têm conseguido responder adequadamente a indagação do porquê, a despeito da institucionalização de um regime democrático, persistem as desigualdades sociais e o crescimento da pobreza.

O conjunto desses elementos (crise da democracia representativa, crise material-econômica e crise ética) requer que a democracia, no seu sentido social, em sociedades materialmente não resolvidas, seja construída com o envolvimento das três principais forças contemporâneas – o Estado o mercado e a sociedade –num círculo virtuoso, dinâmico e permanente. Dessa forma, a definição de democracia utilizada neste trabalho é de natureza maximalista, pois considera resultados substantivos, tais como a diminuição da desigualdade social. A perspectiva minimalista, por outro lado, reduz o conceito de democracia a sua forma procedural. A justificativa que os institucionalistas

minimalistas utilizam para não incluir a dimensão social nas suas conceituações de democracia está baseada no princípio de que se distorce o termo democracia quando se inclui a igualdade social (Mainwaring, Brinks and Liñan, 2001, p.41). Rostow (1970) é contundente ao defender o postulado de que há um reconhecimento geral de que a democracia é primordialmente um assunto de procedimento e não de substância (p.345). Nesse sentido, para essa vertente de pensamento, é mais importante a normatividade do que a consideração da realidade contextual.

Da mesma forma que a teoria econômica identifica a acumulação de capital físico e humano e o progresso tecnológico como sendo os principais fatores de crescimento econômico e desenvolvimento democrático, a perspectiva institucional da Ciência Política sugere que boas instituições e leis eficientes produzem sistemas democráticos plenos. Essa afirmação, também conhecida como a teoria da transição, pressupõe que a liberdade do mercado promove regimes democráticos, e estes, por sua vez, contribuem para o bem-estar econômico (Lynn, 1996). Nessa perspectiva, a participação política é de caráter formal e procedimental, sendo o voto o aspecto central. Não se incentiva, portanto, outras modalidades de participação mais direta. Essa afirmação remete a outra questão de caráter individual e que diz respeito, segundo Dahl (2008:21) “ao fato de que instituições políticas são necessárias para que um sistema político se qualifique como uma democracia”. A democracia a que Dahl se refere é de natureza minimalista. No caso da América Latina, observa-se uma persistência tenaz de desigualdade político-econômica, de pobreza e de exclusão social. Na tentativa de compreender esse paradoxo, com base na dimensão poliárquica mais ampliada, O'Donnell (1998) argumenta que a cidadania de baixa intensidade que se observa na América Latina deriva da permanência da pobreza, da elevada concentração de renda e de outras formas de discriminação que, de uma forma ou de outra, produzem relações sociais autoritárias. Tais elementos desafiam as interpretações ortodoxas e predominantes na Ciência Política, sinalizando a necessidade de refletir a respeito de outras explicações que identifiquem os fatores que determinam o fortalecimento de uma democracia no seu sentido maximalista.

A primeira constatação a este respeito deriva do Relatório da CEPAL (2007) que mostra que três décadas de democracia formal não têm conseguido reduzir as desigualdades sociais. Da mesma forma, Espina (2008: 18-19) argumenta que “la desigualdad latinoamericana tiene características típicamente oligárquicas y que la asimetría de la distribución de ingresos se acumula considerablemente en el segmento

superior”. Nesse sentido, falar em regimes de bem-estar em países em desenvolvimento, como na região latino-americana, pode distorcer a realidade da maioria da população. A premissa do círculo virtuoso que postula que mais democracia produz justiça social e mais justiça social gera mais democracia não tem se materializado. Os dados da CEPAL mostram o contrário, num mundo globalizado, com raras exceções, os países da América Latina têm aumentado as desigualdades sociais, não têm conseguido resolver adequadamente a dimensão material e têm precarizado a situação da classe média. São estes fatores que segundo o PNUD (2004) erosionam a legitimidade da democracia na América Latina.

Nessa mesma direção, a falta de respeito pela lei, a corrupção e a ineficácia dos governos na promoção de serviços essenciais básicos que proporcionem uma melhor qualidade de vida aos latino-americanos se constituem numa barreira que impede o progresso econômico e o desenvolvimento social.

Nessas circunstâncias, os movimentos sociais que têm emergido, fruto da incapacidade das instituições formais de mediação política em regular os conflitos sociais, mais do que ampliar a democracia representativa, buscam estabelecer novas práticas e novos modelos políticos com base na experiência autóctone e na diversidade cultural como modelos superadores da democracia precedente (Burchardt, 2008).

No âmago desta problemática está a existência de uma base material não resolvida e para a qual não se vislumbra em um futuro próximo soluções viáveis. Até recentemente, pouco se sabia a respeito da vinculação entre desigualdade econômica e mudanças nas predisposições atitudinais e no comportamento político dos cidadãos. No entanto, pesquisas desenvolvidas nos últimos anos têm constatado que a desigualdade econômica deprime significativamente o interesse, a discussão e a participação política da maioria das pessoas. Um desses estudos é o de Dahl (2008), que assume como dado que a desigualdade econômica diminui o engajamento político, particularmente entre os mais necessitados. Na mesma direção Solt (2008) demonstra que a desigualdade econômica deprime de forma significativa o interesse por política, a discussão sobre política e a participação em eleições com exceção dos mais afluentes. Ainda segundo esse autor, o engajamento político de uma pessoa não depende unicamente da quantidade de recursos financeiros que ele/a possui, mas dos recursos materiais dos outros. Em contextos onde os recursos são distribuídos equitativamente, o poder é distribuído, também, equitativamente, tendo como resultado o estímulo para que as pessoas com menos posses participem da política, enquanto que quanto maior a

desigualdade econômica maior a distorção da democracia a favor dos mais ricos e como consequência faz com que os cidadãos cheguem a conclusão que não vale a pena participar na arena política. Este enfoque é desenvolvido na chamada teoria relativa do poder. Para Dahl (2008:19), a igualdade política é “um juízo moral pelo que todos os seres humanos têm o mesmo valor intrínseco, nenhuma pessoa é intrinsecamente superior a outra e que se deve dar igual consideração ao bem ou aos interesses de cada pessoa”.

Nessa perspectiva, presume-se que as experiências negativas que as pessoas têm ou tiveram com instituições políticas formais proporcionam a matriz sobre a qual se institucionalizou o pensamento da maioria dos cidadãos, excluídos das políticas públicas, de que sua condição material era natural, ou como Freire (1989) argumenta, internalizam a figura do dominador desenvolvendo um pensamento mágico que os faz acreditar que eles merecem estar nessa situação.

Em oposição a essa linha de pensamento, autores que se identificam com a chamada teoria do conflito (Brady, 2004) argumentam que a desigualdade econômica incide positivamente no engajamento político das pessoas. Tal posicionamento se dá com base no princípio de que desigualdade produz divergências nas preferências de políticas públicas, tendo como corolário uma maior mobilização política. Nessas condições, o aumento da mobilização política dos mais excluídos, exigindo políticas públicas redistributivas, geraria conflito com as classes mais abastadas, que se posicionam contra dispositivos redistributivos, que se materializariam em aumento da carga tributária para eles e a que não estão dispostos a arcar. Esse confronto em relação ao rumo das políticas públicas redundaria no aumento de conflitos na sociedade, incidindo na evolução democrática, ou não, de uma sociedade.

Numa perspectiva mais empírico-objetiva denominada de teoria dos recursos, o impacto da desigualdade econômica no engajamento político das pessoas pode ter um impacto positivo ou negativo, dependendo da renda de cada indivíduo. É, basicamente, uma abordagem de custos e benefícios. Esta dimensão teórica sugere que onde existem níveis elevados de desigualdade econômica, a transição para a democracia é mais difícil, na medida em que a democracia existente favorece aos mais influentes, levando à conclusão dos atores excluídos de que é um jogo do qual não vale a pena participar. Nessas circunstâncias, a capacidade distributiva do Estado está assimetricamente estabelecida, pois os gastos sociais não significam, necessariamente, que se dêem numa direção redistributiva.

Outra linha de pensamento que se tem estabelecido na Ciência Política diz respeito à relação causal entre democracia e desenvolvimento econômico. Para muitos autores (Huntington, 1968; Bhagwati, 1995) na medida em que as democracias precisam responder a demandas sociais imediatas da população, acabam comprometendo investimentos de longo prazo e, por decorrência, a promoção democrática. Implícita nesse argumento está a idéia de que, em alguns casos, torna-se necessário tomar medidas coercitivas e autoritárias para garantir a governabilidade a longo prazo. Nessa perspectiva, é o mercado que tem prioridade e a democracia pode ser considerada secundária em países em desenvolvimento.

Indo de encontro a estes posicionamentos, North (1990) defende a hipótese que relaciona os efeitos independentes da democracia no crescimento econômico a partir do postulado que coloca as instituições políticas como os salvaguardas de eventuais desvios das autoridades constituídas. Assim, para o autor a implementação da regra da lei, o cumprimento de contratos e a proteção dos direitos de propriedade não requerem necessariamente regimes autoritários. Desse ponto de vista se atribui peso determinante à estrutura organizacional e às organizações em relação ao regime na promoção do desenvolvimento material de uma nação.

2 Tomada de Decisão

Diariamente, os cidadãos necessitam tomar decisões econômicas, sociais, políticas e outras, sejam essas individuais ou coletivas. No caso de um cidadão atingido por UHE, a decisão a ser tomada é em relação à opção de modalidade de remanejamento que deve ser escolhida. Esse processo de decisão é complexo, pois muitos desses cidadãos nunca saíram de sua propriedade, quando se deparam com a instalação de uma UHE em sua região e precisam sair de suas terras, pois essas serão inundadas pela água. De um lado está esse cidadão atingido que precisa tomar uma decisão econômica (qual a opção de remanejamento que “substituirá” melhor a minha terra), social (qual a opção de remanejamento que será melhor para mim e para minha família) e política (qual a opção de remanejamento que será melhor para que o governo e o empreendedor compreendam as necessidades dos atingidos), de outro está o governo, que ainda não elaborou uma legislação específica referente ao remanejamento populacional, junto com o empreendedor, que recebeu a concessão do governo para a implantação de UHEs.

Basicamente, a tomada de decisão é entendida como processo pelo qual são escolhidas algumas ou apenas uma entre as alternativas para ações a serem realizadas, normalmente, procedem a esse ato de decisão, processos de conflitos e de acordo envolvendo pelo menos os atores mais influentes na política e na administração (OLIVEIRA, 1998, p.13). Alguns elementos indispensáveis no processo de tomada de decisão são: atores, agentes de decisão, informação e alternativas. Os atores, segundo Campos (2011, 46), são indivíduos, entidades ou grupo de pessoas que têm interesse na decisão a ser tomada, pois estão envolvidos direta ou indiretamente pelas consequências da decisão. Enquanto o agente de decisão é formado por um indivíduo ou grupo de indivíduos que possui o mais importante papel no processo de tomada de decisão: avaliar e escolher a alternativa (CAMPOS, 2011). As informações são o conjunto de dados que forma o conhecimento acerca do problema e das alternativas, e essas são o conjunto de opções a serem escolhidas pelo agente de decisão.

3 Controle da Informação

O acesso à informação, assegurado pela Constituição Federal de 1988, é um direito fundamental para o exercício da cidadania, pois a informação permite ao cidadão conhecer o conteúdo envolvido nos debates públicos e nas decisões políticas, possibilitando a tomada de decisões individuais e coletivas, bem como a efetiva participação na esfera pública. Dahl (2001) acredita que existam pelo menos cinco critérios para um processo democrático: participação efetiva, igualdade de voto, entendimento esclarecido, controle do programa de planejamento e inclusão dos adultos. O entendimento esclarecido seria o direito de acesso à informação, “dentro de limites razoáveis de tempo, cada membro deve ter oportunidades iguais e efetivas de aprender sobre as políticas alternativas importantes e suas prováveis consequências” (DAHL, 2001, p. 49). A importância desse critério está na justificativa de que o princípio de igualdade política pressupõe que os membros estejam todos igualmente qualificados para participar das decisões, desde que tenham oportunidades iguais para aprender da associação (DAHL, 2001).

Além disso, o autor examina as instituições políticas exigidas para uma democracia em grande escala, entre as quais encontra-se “fontes de informação diversificadas”, ou seja, “os cidadãos têm o direito de buscar fontes de informação diversificadas e independentes de outros cidadãos, especialistas, jornais, revistas, livros, telecomunicações e afins” (DAHL, 2001, p. 100).

O acesso restrito às informações prejudicaria a compreensão absoluta do contexto político, bem como a participação efetiva nas decisões públicas. Segundo o relatório, intitulado *Um Mundo e Muitas Vozes*, elaborado pela Comissão Internacional para o Estudo de Problemas da Comunicação em 1980, da Organização das Nações Unidas para a Educação e a Cultura (Unesco), o contexto jurídico, incluindo-se aí não apenas leis, como também a garantia, na prática, dos direitos individuais delas decorrentes, deve, em tese, assegurar o pluralismo e as condições para que a sociedade tenha à disposição fontes de informação e de idéias diversas e para que possa escolher livremente entre elas (*apud* PIERANTI, 2007).

A importância e a abrangência do termo informação aumentaram nas últimas décadas do século passado. Foram formuladas muitas definições sobre informação, mas é pertinente destacar algumas que relacionam o termo, no sentido conceitual, com a idéia de eliminação da dúvida e tomada de decisão. A primeira é a de George Miller, para o autor informação é algo que necessitamos quando nos deparamos com uma escolha. Se deparamos com um grande espectro de escolhas igualmente prováveis, se qualquer coisa pode acontecer, precisamos de mais informação do que se encarássemos uma simples escolha entre alternativas (MILLER, 1996⁵ *apud* MCGARRY, 1999, p.5).

As múltiplas relações sociais que caracterizam a vida em uma sociedade democrática são marcadas pela necessidade do indivíduo fazer escolhas, que serão tão mais próximas do ponto ótimo almejado pelo indivíduo quanto mais informações ele detiver sobre as opções, os caminhos, as alternativas e as possibilidades disponíveis; o pressuposto desta idéia é que a tomada de decisão bem informada beneficiará o indivíduo, enquanto decisões tomadas no escuro serão prejudiciais.

Após elucidar o conceito de informação, principalmente, ligado à escolha, é importante ressaltar que a informação deveria ser um elemento prioritário na sociedade, para que todos os cidadãos possam participar do processo decisório. Porém, mesmo estando na “Era da Informação”, como Castells define – caracterizada não pela centralidade de conhecimentos e informações, mas pela aplicação desses conhecimentos e dessa informação para a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento/ comunicação da informação, em um ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e o seu uso (CASTELLS, 2007) – o controle sobre as informações existe e pode ser responsável pelas tomadas de decisões, afinal um cidadão que precisa

⁵ MILLER, George. *The psychology of communication*. Harmondsworth: Penguin Books, 1996.

fazer uma escolha sempre busca por informações qualificadas que o auxiliem nessa opção.

O controle social pode ser exercido por grupos de pressão ou pelos meios de comunicação de massa. Os grupos de pressão são indivíduos influentes (Estado, empresas, movimentos sociais e outros) ou não que agem tentando moldar as opiniões, comportamentos e idéias, ou seja, controlar ou impor uma opinião. O processo de comunicação entre o Estado e a sociedade civil identifica-se com a expressão comunicação pública, que por sua vez vem sendo usada com múltiplos significados, freqüentemente conflitantes, dependendo do país, do autor e do contexto (BRANDÃO, 2006, p. 1). Brandão identifica cinco áreas diferentes de conhecimento e atividade profissional para a expressão comunicação pública: comunicação organizacional, comunicação científica, comunicação do Estado e/ou governamental, comunicação política e estratégias de comunicação da sociedade civil organizada.

A primeira estuda e trabalha com a análise e a solução de variáveis associadas à comunicação no interior das organizações e entre elas e seu ambiente externo. A comunicação científica tem como objetivo criar canais de integração da ciência com a vida cotidiana da sociedade, ou seja, despertar o interesse da opinião pública em geral pelos assuntos da ciência, buscando encontrar respostas para a sua curiosidade em compreender a natureza, a sociedade, seu semelhante (BRANDÃO, 2006, p. 3).

A terceira dimensão, de comunicação do Estado e/ou Governamental, é de responsabilidade do Estado e do Governo estabelecer um fluxo informativo e comunicativo com seus cidadãos, voltado para a cidadania. Para Brandão (2006, p. 6), a comunicação governamental pode ser entendida como comunicação pública, pois é um instrumento de construção da agenda pública, além de direcionar o trabalho para a prestação de contas, estímulo ao engajamento da população nas políticas adotadas, reconhecimento das ações promovidas nos campos políticos, econômico e social.

A comunicação política é uma comunicação que tem raiz desde que a imprensa, as técnicas de comunicação e as pesquisas de opinião começaram a influenciar a vida política dos Estados (BRANDÃO, 2006, p. 7). E a última concepção, estratégias de comunicação da sociedade civil organizada, “são práticas e formas de comunicação desenvolvidas pelas comunidades e pelos membros do Terceiro Setor e de movimentos populares e que também são denominadas por Comunicação Comunitária ou Alternativa” (BRANDÃO, 2006, p.8).

É importante ressaltar que apesar da garantia de acesso à informação, pela Constituição de 1988, o controle da informação é exercido tanto nos meios de comunicação, quanto pelo Estado e mercado, sendo capaz de influenciar o pensamento do cidadão.

Considerando informação como algo que necessitamos quando nos deparamos com uma decisão, é possível afirmar que a comunicação pública tem importante papel para uma participação cívica e para tomada de decisão individual e coletiva. Porém qualquer comunicação pública está sujeita ao controle, seja do Estado ou de empresas privadas, o que interfere diretamente no processo de tomada de decisão.

4 Controle da Informação e processo de tomada de decisão dos cidadãos atingidos por UHEs na bacia do rio Uruguai

Esta parte do artigo contempla os dados quantitativos, do *survey* aplicado pelo Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento “Avaliação dos Resultados e Proposição de Modelo de Elaboração de Programas de Remanejamento da População Atingida por Empreendimentos Hidrelétricos (2010-2014)”, sobre a presença e o controle da informação, por parte do empreendedor, no processo de tomada de decisão do cidadão atingido por UHEs na bacia do rio Uruguai. A análise desse processo compreende o período entre a primeira visita do empreendedor ao cidadão atingido e o momento da efetiva assinatura do acordo de remanejamento.

O Estado, como parceiro da iniciativa privada e fiscalizador da implantação da UHE, ainda não criou uma política pública regulatória para o processo de remanejamento, deveria ter como interesse que as realocações ocorressem sem atritos entre empreendedor e cidadão atingido. O empreendedor como o responsável direto pela realocação dos cidadãos atingidos, tem interesse em modalidades como ID e CC, pois como ressaltado anteriormente estas modalidades representam o caminho mais rápido e barato para o remanejamento populacional, já que não dependem da aquisição de área nem da preparação desta para receber os atingidos, além de exigirem assistência técnica e social apenas no momento do remanejamento (ROCHA, 2012b). O MAB, como um dos representantes dos cidadãos atingidos, reivindica por reassentamentos que garantam a construção de uma nova comunidade e a assistência aos cidadãos atingidos por cinco anos.

Considerando informação como algo que precisamos quando nos deparamos com uma decisão ou como o oposto de incerteza, essa compreenderia os dados

disponibilizados sobre a implantação da UHE e a realocação da população atingida. A omissão de algum dado, por parte de qualquer ator envolvido, consistiria no controle da informação, que por sua vez é um controle social exercido por grupos de pressão (Estado, empresas, movimentos sociais e outros) ou pelos meios de comunicação de massa, que agem tentando moldar as opiniões, comportamentos e idéias, ou seja, controlar ou impor uma opinião. A informação pode ser controlada tanto pelo tempo, considerando em que momento do processo decisório tal dado foi transmitido, quanto pelo espaço, considerando as circunstâncias e a localização. Pensando nesses apontamentos, quais, como e quando as informações foram repassadas pelo empreendedor ao cidadão atingido?

4.1 Quais informações os cidadãos atingidos receberam, quando e como?

No caso estudado, as informações sobre a implementação e realocação das famílias podem vir de diferentes atores sociais, porém o ator com maior responsabilidade sobre essas é o empreendedor, por ser o responsável direto pela UHE. Com isso, verifica-se nessa seção quais informações que o empreendedor passou, como e quando. Começando com as modalidades de remanejamento apresentadas pelo empreendedor ao cidadão atingido, conforme tab.1.

Tab. 1 – Modalidades de remanejamento apresentadas pelo empreendedor aos cidadãos atingidos pelas UHEs da bacia do rio Uruguai (%)⁶

| | PRR | RRC | CC | Total |
|-----------------|------------|------------|-----------|--------------|
| CC | 5,4 | 26,8 | 67,9 | 13,3 |
| ID | 7,1 | 64,3 | 28,6 | 3,3 |
| RRC | 0 | 87,9 | 12,1 | 7,9 |
| PRR | 75,0 | 25,0 | 0 | 1,0 |
| RAR | 0 | 66,7 | 33,3 | 0,7 |
| CC e ID | 9,1 | 36,4 | 54,5 | 2,6 |
| CC e RRC | 4,2 | 47,3 | 48,5 | 39,8 |
| CC e PRR | 100,0 | 0 | 0 | 1,0 |
| CC e RAR | 0 | 0 | 100,0 | 0,2 |

⁶ Pergunta original do *survey*: Quais foram as propostas de remanejamento apresentadas pelo empreendedor para o(a) senhor(a)? E as categorias eram de múltipla escolha: ID, CC, RRC, PRR e RAR.

| | | | | |
|-------------------------------|------|-------|-------|------|
| ID e RRC | 0 | 100,0 | 0 | 2,9 |
| ID e RAR | 0 | 100,0 | 0 | 0,2 |
| RRC e PRR | 50,0 | 50,0 | 0 | 0,5 |
| CC, ID e RRC | 1,6 | 66,7 | 31,7 | 15,0 |
| CC, ID e PRR | 0 | 0 | 100,0 | 0,2 |
| CC, ID e RAR | 0 | 0 | 100,0 | 1,0 |
| CC, RRC e PRR | 50,0 | 0 | 50,0 | 0,5 |
| CC, RRC e RAR | 0 | 63,2 | 36,8 | 4,5 |
| ID, RRC e RAR | 0 | 100,0 | 0 | 0,5 |
| CC, ID, RRC e PRR | 0 | 100,0 | 0 | 0,5 |
| CC, ID, RRC e RAR | 0 | 88,9 | 11,1 | 2,1 |
| CC, RRC, PRR e RAR | 0 | 66,7 | 33,3 | 0,7 |
| CC, ID, RRC, PRR e RAR | 14,3 | 57,1 | 28,6 | 1,7 |

Fonte: Banco de Dados P&D Remanejamento (2012).

n=420

Para tomar uma decisão, o cidadão atingido necessita compreender a necessidade de uma UHE e, principalmente, o que essa pode implicar na sua vida. A partir do momento em que o empreendedor é o responsável pela realocação da população atingida, ele precisa comunicar isso, explicando a situação e as medidas que serão tomadas, começando pela maneira como essas pessoas serão ressarcidas por serem atingidas pelo empreendimento.

Conforme a tab.1, observa-se que existe uma omissão da informação, pela não apresentação de todas as modalidades existentes, e um controle da informação, pela frequência de apresentação das modalidades CC, RRC e ID, sejam separadas ou combinadas. Em apenas 1,7% dos casos foram apresentadas todas as modalidades de remanejamento, nos quais 57,1% optaram pelo RRC.

Além disso, das respostas apresentadas, a CC é a modalidade mais apresentada pelo empreendedor. Esses dados demonstram de fato o controle que o empreendedor exerce sobre o cidadão atingido, a fim de influenciar na decisão a ser tomada: a questão de que o empreendedor prefere remanejar pelas modalidades ID e CC, pois estas não prevêm assistência, é confirmada pelos dados. Também é possível afirmar que a

maioria dos cidadãos que recebeu mais informações, ou seja, foram apresentadas mais modalidades de remanejamento, optou pelo RRC.

Também deve ser considerado que mesmo nos casos que foram apresentadas mais de uma modalidade, essas não foram ao mesmo tempo, conforme tab.2.

Tab.2 - Todas as opções de remanejamento foram apresentadas ao mesmo tempo?(%)

| | PRR | RRC | CC | Total |
|------------|------------|------------|-----------|--------------|
| Sim | 5,0 | 49,0 | 46,0 | 58,9 |
| Não | 7,2 | 58,1 | 34,7 | 41,1 |

Fonte: Banco de Dados P&D Remanejamento (2012).

n=406

p>0,05

Segundo Oliveira (1998), reduzir o tempo de decisão ao prolongar o tempo de apresentação das modalidades, influencia no processo de tomada de decisão. Mesmo que em ambas as situações a maioria tenha optado por RRC, a diferença existe nos casos de não apresentação nos quais 58,1% optaram por RRC, enquanto 34,7% por CC e 7,2% por PRR.

Outra situação importante a ser destacada é o momento no qual o empreendedor procurou o cidadão atingido para apresentar as modalidades de remanejamento. Considerando que para a construção de uma UHE é necessária a realocação da população ribeirinha que será atingida, esta deveria estar informada antes do início da obra, para que buscasse mais informações sobre o assunto, debatesse com a família e vizinhos e optasse pela melhor modalidade de remanejamento. Mas, conforme a tab. 3, essa não é a realidade na bacia do rio Uruguai.

Tab.3 - As modalidades de remanejamento foram apresentadas antes ou depois do início da obra? (%)

| | PRR | RRC | CC | Total |
|--------------|------------|------------|-----------|--------------|
| Antes | 7,0 | 58,0 | 35,0 | 37,9 |
| Após | 5,1 | 48,6 | 46,3 | 62,1 |

Fonte: Banco de Dados P&D Remanejamento (2012).

n= 414

p>0,05

O que se percebe com a tab.3 é que na maioria dos casos as modalidades de remanejamento foram apresentadas após o início da obra da UHE, quando apresentado antes existe um percentual maior de cidadãos que optaram por RRC e PRR. Seguindo a lógica de que o empreendedor prefere ID e CC, a sua estratégia de apresentar as modalidades após o início das obras praticamente equilibra entre as opções RRC e CC.

Obviamente, a população atingida sabe sobre a implantação da UHE e sobre a necessidade de realocação antes do empreendedor a procurar, pois existe a movimentação para a delimitação de um canteiro de obras, a mobilização do MAB contra a obra e, no caso da bacia do rio Uruguai as UHEs são relativamente próximas, as informações das cidades vizinhas sobre outros empreendimentos. Essas situações também podem influenciar no processo de tomada de decisão, pois os cidadãos atingidos começam a se informar e tomar uma decisão antes mesmo de serem procurados pelo empreendedor.

Nesse momento outros atores podem influenciar na tomada de decisão, como MAB, Estado, igreja, polícia, ministério público, judiciário, empresas locais, sindicatos, vizinhos, gestores públicos (prefeito, vereadores, deputados, governador e presidente), movimentos sociais, ONGs e a mídia. Para além desses exemplos, não pode ser eximida a responsabilidade do empreendedor de comunicar de forma clara e completa sobre a situação dessas famílias, na falta dessa comunicação é plausível indicar que existe um controle da informação que é capaz de influenciar no processo de tomada de decisão do cidadão atingido.

Além dos dados referentes a quais modalidades de remanejamento foram apresentadas e quando, pode-se verificar (conforme a tab.4) como essas informações foram repassadas: por visita, por escrito ou por reuniões na comunidade. Essa informação indica o espaço utilizado para informar o atingido, já que pode ser em sua casa com sua família, através de visita ou carta, ou no salão da comunidade com seus vizinhos, através de reunião.

Tab.4 - De que forma as modalidades foram apresentadas?(%)⁷

⁷ As categorias dessa questão eram de múltipla escolha: Por escrito, Através de Visita e Reunião na comunidade.

| | PRR | RRC | CC | Total |
|---|------------|------------|-----------|--------------|
| Por escrito | 30,0 | 50,0 | 20,0 | 2,4 |
| Através de visita | 4,9 | 54,7 | 40,4 | 68,2 |
| Reunião na comunidade | 9,7 | 19,4 | 71,0 | 7,4 |
| Por escrito e visita | 0 | 68,6 | 31,4 | 8,4 |
| Visita e reunião na comunidade | 5,6 | 57,4 | 37,0 | 12,9 |
| Através de Visita, reunião na comunidade e por escrito | 0 | 100,0 | 0 | 0,7 |

Fonte: Banco de Dados P&D Remanejamento (2012).

n=418

p<0,05

Em 68,2% dos casos o empreendedor apresentou as modalidades de remanejamento para o cidadão atingido através de visita, os quais em sua maioria optaram por RRC. Em tais casos devemos considerar a presença da família, que é a base do cidadão e a grande responsável por sua decisão, pois essa influencia toda a estrutura familiar, seja econômica ou socialmente. Nas apresentações feitas em reuniões na comunidade, a presença a ser considerada é da própria comunidade, composta por vizinhos e pessoas de destaque (como padres, professores e dirigentes de sindicatos e associações), o que leva ao debate a questão da coletividade e da própria estrutura comunitária.

A limitação de informações e os diferentes tempos e espaços utilizados pelo empreendedor influenciam nas decisões, pois como demonstrado aqui este evita situações que favoreçam escolhas por RRC, buscando moldar a decisão por CC.

4. 2 O tempo da decisão e os principais influenciadores

Como visto anteriormente, o controle da informação foi exercido pelo empreendedor, principalmente através do tempo. Nessa seção busca-se identificar o tempo de decisão dos atingidos, bem como os principais atores que influenciaram na escolha pela modalidade de remanejamento.

Compreendendo como complexa essa decisão do cidadão atingido, deve-se verificar a quantidade de visitas que este recebeu do empreendedor, atentando para o máximo esclarecimento sobre a realocação e, também, para a necessidade de convencimento sobre determinada modalidade de remanejamento (ver dados na tab.7).

Tab.7 – Quantidade de visitas do empreendedor ao atingido (%)⁸

| | PRR | RRC | CC | Total |
|---------------------|------------|------------|-----------|--------------|
| Uma | 5,9 | 23,5 | 70,6 | 4,1 |
| Duas | 5,6 | 38,9 | 55,6 | 8,8 |
| Três | 1,9 | 50,9 | 47,2 | 12,9 |
| Mais de três | 6,3 | 56,3 | 37,5 | 74,1 |

Fonte: Banco de Dados P&D Remanejamento (2012).

n=410

p<0,05

Abalizando que existe a possibilidade de não serem apresentadas no mesmo momento todas as modalidades de remanejamento, é evidente que a maioria dos cidadãos atingidos tenha recebido mais de três visitas do empreendedor, conforme tab.10. O motivo pode ser pela complexidade da decisão, que exige esclarecimento, exposição das modalidades de remanejamento e os benefícios de cada uma. Pela não apresentação de todas as modalidades ao mesmo tempo, exigindo mais visitas ao atingido. Como também pode ser pela necessidade de convencer o cidadão atingido que ele precisa escolher uma modalidade, havendo aqui uma divisão em duas hipóteses relacionadas a convencimento: a) muitos resistem para sair de suas terras, tanto por questões de sentimento a terra quanto econômico, mesmo sendo apresentadas as modalidades, continuam resistindo, pois não aceitam nenhuma, b) nos casos que o cidadão atingido escolhe uma modalidade de remanejamento que o empreendedor não aceita (ver tab.8), criando a necessidade de mais visitas para que haja o convencimento do cidadão atingido a optar por outra modalidade. Mas de fato, o que a tabela nos mostra é que quanto mais visitas o atingido recebe mais ele opta por RRC e menos por CC: o que pode significar que o cidadão atingido resistiu, primeiramente, em sair da sua terra e, depois, em aceitar as modalidades oferecidas.

Em 41,5% dos casos o empreendedor não aceita imediatamente a decisão do cidadão atingido (conforme mostra tab.8), o que resulta em mais visitas com o intuito de mudar a opinião deste.

⁸ Pergunta original do *survey*: Quantas visitas o(a) senhor(a) recebeu do empreendedor?

Tab.8 - A sua primeira opção foi aceita imediatamente? (%)

| | PRR | RRC | CC | Total |
|------------|------------|------------|-----------|--------------|
| Sim | 5,8 | 45,0 | 49,2 | 58,5 |
| Não | 5,2 | 66,3 | 28,5 | 41,5 |

Fonte: Banco de Dados P&D Remanejamento (2012).

n=414

p<0,05

A decisão do cidadão atingido deveria ser aceita imediatamente pelo empreendedor, afinal, mesmo não existindo uma política pública que regularize os remanejamentos, existe o TAC que acorda as possibilidades de remanejamento da população atingida, garantindo o direito de escolha da que considera melhor (para as propriedades com valor inferior a R\$145.000,00). Mas como o empreendedor prefere indenizar ou remanejar por CC (pois assim não é necessária nenhuma assistência técnica ao cidadão atingido e nem a construção de uma comunidade com infraestrutura básica) e é o responsável direto pela realocação das famílias ribeirinhas, tenta persuadir, como visto nos demais resultados apresentados, a escolha por essa modalidade chegando ao ponto de não aceitar imediatamente a decisão do atingido. Isso fica evidente na tab.8, pois 66,3% dos cidadãos atingidos que não tiveram aceitas imediatamente as suas opções foram os que escolheram RRC, assim como 49,2% que tiveram são os CC.

Outra situação que também resulta em mais visitas do empreendedor ao cidadão atingido diz respeito ao tempo que este demorou para escolher uma modalidade (ver tab.9), principalmente, considerando que a primeira opção pode não ter sido aceita imediatamente pelo empreendedor.

Tab.9 – Tempo de decisão do cidadão atingido (%)⁹

| | PRR | RRC | CC | Total |
|------------------------------|------------|------------|-----------|--------------|
| Menos de 6 meses | 6,0 | 48,9 | 45,1 | 65,2 |
| Entre 6 meses e 1 ano | 3,5 | 59,3 | 37,2 | 20,9 |
| Mais de 1 ano | 5,3 | 61,4 | 33,3 | 13,9 |

⁹ Pergunta original do *survey*: Em quanto tempo o(a) senhor(a) decidiu o tipo de remanejamento depois da apresentação das opções?

Fonte: Banco de Dados P&D Remanejamento (2012).

n=411

p>0,05

Independente do tempo de decisão do atingido, a opção desse tendeu por RRC. Porém é importante ressaltar que nos casos que levaram mais de um ano comparados aos com menos de seis meses, esse valor é significativamente maior, voltando a questão de que esse tempo pode ter sido maior para os que optaram por RRC por resistência por parte do empreendedor, que buscou persuadir o cidadão atingido a optar por CC.

O processo de tomada de decisão do cidadão atingido só acaba quando este assina o contrato de remanejamento, pois até assinatura podem ocorrer situações que o façam mudar de opção, já que em alguns casos o empreendedor não aceita imediatamente sua escolha e tenta persuadí-lo. Esse tempo pode demorar menos de um ano como mais de dois anos, segundo a tab.10.

Tab.10 - Entre a primeira visita e a efetiva assinatura do acordo de remanejamento, quanto tempo se passou?(%)

| | PRR | RRC | CC | Total |
|-------------------------|------------|------------|-----------|--------------|
| Menos de 1 ano | 5,4 | 32,4 | 62,2 | 35,7 |
| Entre 1 e 2 anos | 5,0 | 56,8 | 38,1 | 33,5 |
| Mais de 2 anos | 5,5 | 72,7 | 21,9 | 30,8 |

Fonte: Banco de Dados P&D Remanejamento (2012).

n=415

p<0,05

Em 64,3% (soma dos 33,5% com 30,8%) das situações o tempo entre a primeira visita e a assinatura do acordo de remanejamento é maior que um ano, demonstrando a complexidade desse processo de remanejamento: primeiro, porque não é uma decisão fácil para o atingido e, segundo, existem resistências dos cidadãos atingidos e mobilizações do MAB, que podem atrasar o processo de remanejamento. E também por resistência do empreendedor em aceitar a escolha do remanejado.

Mesmo que uma decisão complexa como essa exija um tempo consideravelmente grande, ela está limitada também pela exigência de que precisa ser feita dentro dos limites impostos pelo tempo estipulado para a construção da UHE e os recursos disponíveis, e a decisão não pode ser adiada pela espera que se tenham todas as

informações relevantes (LINDBLOM, 1981), o que colabora para que o empreendedor controle informações com o intuito de diminuir o tempo de decisão. Com isso, o controle da informação e a persuasão por parte do empreendedor acabam influenciando no processo de tomada de decisão do cidadão atingido.

Existe um tempo para a divulgação da informação, para tomada de decisão e para efetiva realocação, e este é uma estratégia utilizada pelo empreendedor a fim de manipular as decisões dos cidadãos atingidos. Agora serão verificados os atores que os cidadãos atingidos consideram como influenciadores da sua decisão.

A tab.11 complementa a análise da anterior, mostrando quem são os atores que insistiram por alguma modalidade:

Tab.11 - Quem insistiu para que o senhor optasse por alguma modalidade? (%)¹⁰

| | PRR | RRC | CC | Total |
|---|------------|------------|-----------|--------------|
| Família | 0 | 72,2 | 27,8 | 11,3 |
| Empreendedor | 4,8 | 69,0 | 26,2 | 52,5 |
| Vizinhos e Amigos | 16,7 | 33,3 | 50,0 | 3,8 |
| MAB | 2,5 | 62,5 | 35,0 | 25,0 |
| Associação de Moradores/Conselho municipal | 25,0 | 50,0 | 25,0 | 2,5 |
| Imobiliária | 0 | 100,0 | 0 | 5,0 |

Fonte: Banco de Dados P&D Remanejamento (2012).

n=160

p>0,05

Observa-se que o empreendedor é de fato o ator que busca influenciar mais na decisão do cidadão atingido, porém sua suposta tentativa de influenciar por CC não dá resultados positivos, segundo a tab.11. Isso pode acontecer por circunstâncias anteriores, o cidadão que indica o empreendedor como ator que insiste, pode ser o mesmo que teve sua decisão não aceita imediatamente, o que resultou na tentativa de persuadi-lo a escolher CC.

¹⁰ Pergunta original do *survey*: “Quem insistiu para que o senhor optasse por alguma modalidade?”. Respostas abertas.

Outra conclusão que pode ser feita dos dados da tab.11, conferem a coerência entre a insistência da família e do MAB e a opção por RRC. Visto que o MAB luta para que as famílias sejam remanejadas por RRC, o que torna explicável ser o segundo ator que mais tenta persuadir, e quando o faz a maioria dos cidadãos optam por essa modalidade.

Apesar de toda a análise feita, trazendo quais, como e quando as informações foram repassadas do empreendedor para o cidadão atingido e mostrando o tempo do processo de tomada de decisão, na qual ficou explícito o controle exercido pelo empreendedor nas informações e no tempo, bem como o exercício da persuasão para que os cidadãos optassem por CC, não é possível afirmar que o empreendedor é o único ator desse processo. Diante disso, a tab.12 revela a opinião de quem os cidadãos atingidos consideraram para optar entre PRR, RRC e CC:

Tab.12 – Opiniões consideradas no processo de tomada de decisão (%)¹¹

| | PRR | RRC | CC | Total |
|------------------------|------------|------------|-----------|--------------|
| Imobiliárias | 0 | 10,0 | 90,0 | 4,7 |
| Empreendedor | 5,0 | 45,0 | 50,0 | 4,7 |
| Família | 6,8 | 38,2 | 55,0 | 45,2 |
| MAB | 4,8 | 89,2 | 6,0 | 19,6 |
| Associações | 20,0 | 60,0 | 20,0 | 2,4 |
| Rádio/TV/Jornal | 0 | 0 | 100,0 | 0,2 |
| Outros | 5,3 | 47,4 | 47,4 | 9,0 |
| Duas ou mais | 1,7 | 71,7 | 26,7 | 14,2 |

Fonte: Banco de Dados P&D Remanejamento (2012).

n=423

p<0,05

Os cidadãos atingidos que consideraram as opiniões da imobiliária, do empreendedor, da família e da mídia tenderam a escolher CC, já os que consideraram o MAB, Associações e Duas ou Mais Opiniões escolheram RRC.

¹¹ Pergunta original do *survey*: “O(a) senhor(a). levou em consideração as opiniões de quem para a decisão por esta opção?”. E as categorias eram de múltipla escolha: Imobiliária, Empreendedor, Família, MAB, Associações, Rádio/TV/Jornal e Outros.

As imobiliárias possuem interesse econômico na decisão dos cidadãos atingidos, pois ganham com a corretagem das terras vendidas através de CC. Esse comportamento explica os 90% que consideraram essa opinião e optaram por CC.

O empreendedor, como observado anteriormente, controla as informações na tentativa de persuadir a decisão por CC, já que essa modalidade não exige assistência por durante cinco anos à população atingida. Mesmo com essa persuasão há uma pequena diferença entre os que consideraram sua opinião e optaram entre CC, 50,0%, e RRC, 45,5%.

O ator mais considerado pelo cidadão atingido para tomar a decisão pela modalidade de remanejamento é a sua família, com 45,1% dos casos. Depois da família, o MAB se confirma como segundo ator influenciador do processo decisório. A sua luta nos início dos anos 1980 se constitui contra a construção de UHEs, depois como representantes da população atingida na busca pelo reconhecimento dessa e por condições mais justas de remanejamento. Como sua luta é pelos reassentamentos, fica justificado que 89,2% dos cidadãos atingidos que consideraram sua opinião optaram por RRC.

A opinião da mídia praticamente não foi considerada nesse processo, os motivos podem ser desde confusão das informações repassadas até não confiança nesse ator. Além disso, o espaço da mídia era dividido entre empreendedor, MAB e Estado, o que podia ocasionar disputa de informações.

Há que se destacar que essa seção mostrou quais, como e onde as informações foram repassadas pelo empreendedor, além de identificar o tempo de decisão e os influenciadores no processo. Ficou clara a existência de um controle, por parte do empreendedor, da informação e do tempo, assim como de outros atores capazes de influenciar na decisão.

Os meandros desse processo não seguem um simples quadro de fases (identificar problemas, encontrar soluções, avaliar alternativas e escolher a melhor, considerando as conseqüências), afinal em muitas situações o cidadão atingido não tem todas as informações as quais necessita, não é informado de forma adequada e quando é informado pelo empreendedor já sabe por outros meios o que irá acontecer.

A descrição desse processo pode não se enquadrar em todas as situações, mas, de qualquer forma, aponta muitas variáveis comuns entre estas:

O Estado tem como meta o desenvolvimento econômico e social do país, para tanto é necessário ter a infraestrutura básica para oferecer à população como, água,

transporte e energia elétrica. A energia pode ser gerada através de UHEs, que, por sua vez, atingem o meio ambiente e populações ribeirinhas, que necessitam sair de onde moram para a implantação da UHE. Sem uma legislação que regule como deve ser esse deslocamento, surge o MAB que, primeiramente lutou contra a implantação desses grandes empreendimentos e, depois, lutou pelo ressarcimento dessa população atingida. Depois de mobilizações, chegou-se a um acordo, pelo qual seriam reconhecidos os direitos dos cidadãos atingidos, e foram criadas modalidades de remanejamento que compreendem desde indenização em dinheiro até reassentamento.

Chegando ao reconhecimento dos direitos dos cidadãos atingidos, identifica-se dois atores responsáveis pela UHE, porém de diferentes formas: o Estado, o concessor e fiscalizador da UHE, e o empreendedor, a empresa privada que ganhou a licitação e é responsável pela implantação da UHE, bem como realocação dos atingidos. Considerando que o Estado não criou uma política pública regulatória para os remanejamentos, que existe uma prática para esse processo, exercida pelo empreendedor, que o MAB mobiliza a população na tentativa de reconhecimento e conquistas, e esta necessita optar por uma modalidade de remanejamento, o processo de tomada de decisão do atingido compreende momentos difíceis e complexos. Com o desejo maior de geração de energia, a população atingida significa um atraso para implantação da UHE. Com isso, o empreendedor age das diversas formas para que as realocações sejam feitas rapidamente, algumas expostas aqui, como controle da informação e do tempo.

Porém, a implantação de uma UHE envolve mais atores além do Estado, empreendedor, MAB e cidadão atingido, pois toda uma comunidade também se envolve nesse processo, interferindo conforme seus interesses. Para tanto, as análises realizadas aqui não compreendem toda essa rede, deixando apenas claro algumas atitudes do empreendedor em relação a esse processo que acabam por influenciar, em alguns casos, a decisão do atingido. Existem diversas combinações de atores e atitudes capazes de explicar de forma mais satisfatória o processo de tomada de decisão, porém esse trabalho fez escolhas e admite a não compreensão total do processo.

Considerações finais

Embora não seja possível afirmar que a informação é determinante, os dados demonstram que há influência entre o controle da informação e a tomada de decisão do cidadão atingido. E pelas exposições realizadas, essa seção chega a duas conclusões: a)

no processo de tomada de decisão dos cidadãos atingidos por UHEs na bacia do rio Uruguai existe controle da informação, ocultando informações e trabalhando com o tempo de decisão, por parte do empreendedor, b) existe uma desigualdade gritante entre os dois lados desse processo, o empreendedor com o aval do Estado e as informações necessárias para o remanejamento, enquanto o cidadão atingido não tem a escolha de ficar em sua terra e depende do empreendedor para obter as informações.

Bibliografia

- AMARAL, Sueli e SOUSA, Antonio. **Qualidade da informação e intuição na tomada de decisão organizacional**. In: Perspectivas em Ciência da Informação, vol.16, nº1, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362011000100008&script=sci_arttext
- BAZERMAN, Max. **Processo Decisório**. Elsevier Editora, Rio de Janeiro, 2004.
- BRANDÃO, Elizabeth. **Usos e Significados do Conceito Comunicação Pública**. 2006. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1037-1.pdf>
- CAMPOS, Vanessa. **Modelo de apoio à decisão multicritério para priorização de projetos em saneamento**. (Tese de Doutorado em Engenharia de Produção). USP, 2011.
- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. Volume I. 11ªed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- DAHL, Robert. **Sobre a Democracia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- DUTRA, Ivan. **O Descompasso e o Piroscópio: Uma análise dos conflitos socioambientais do projeto da Usina Hidrelétrica Belo Monte**. 2004. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.
- LINDBLOM, Charles. **O Processo de decisão Política**. Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1981.
- MARTINS, Ronaldo. **Informação e conhecimento: uma abordagem dos sistemas de recuperação de informações a partir das interações sociais**. In: Perspectivas em Ciência da Informação, v.13, nº2, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362008000200007&script=sci_arttext
- MCGARRY, Kevin. **O contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. Disponível em: <http://dc399.4shared.com/doc/J7Ar7EcO/preview.html>
- MOTTA, Paulo. **Gestão contemporânea: a ciência e a arte de ser dirigente**. Record, Rio de Janeiro, 2004.
- OLIVEIRA, Djalma. **Sistemas, organização & métodos & uma abordagem gerencial**. Atlas, São Paulo, 1998.
- P&D REMANEJAMENTO. **Pesquisa Avaliação dos Resultados e Proposição de Modelo de Elaboração de Programas de Remanejamento da População Atingida por Empreendimentos Hidrelétricos (2010-2014)**. 2012.
- PIERANTI, Octavio. **Políticas Públicas para radiodifusão e imprensa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=Lx_yLIc38DwC&pg=PA23&lpg=PA23&dq=da+hl+fontes+de+informa%C3%A7%C3%A3o+diversificadas&source=bl&ots=P5Mzuo

[yUR5&sig=NWRRF9I1cHEKnaSaHjqbWOR_qgQ&hl=pt-BR&sa=X&ei=Pa19T5GGIYTq8wS2-7mPDQ&ved=0CEUQ6AEwBA#v=onepage&q=dahl%20fontes%20de%20informa%C3%A7%C3%A3o%20diversificadas&f=false](http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GTs-ONLINE/GT7%20online/carta-atingidos-HumbertoRocha.pdf)

- ROCHA, Humberto José. **Carta aos atingidos: as negociações na bacia do rio Uruguai**. In: I Seminário Nacional Sociologia & Política, UFPR, 2009. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GTs-ONLINE/GT7%20online/carta-atingidos-HumbertoRocha.pdf>
- ROCHA, Humberto. **Relações de poder na hidreletricidade: a instalação da UHE Foz do Chapecó na bacia do rio Uruguai**. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais da UNICAMP). 2012a.
- ROCHA, Humberto. **As modalidades de remanejamento**. In: PASE, Hemerson Luiz e BAQUERO, Marcello. Estado, democracia e hidroeletrecidade no Brasil. Editora Universidade UFPEL, Pelotas, 2012b.
- SIMON, Herbert. **Comportamento administrativo: Estudo dos processos decisórios nas organizações administrativas**. Editora Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1979.
- VAINER, Carlos. **Conceito de “atingido”: uma revisão do debate e diretrizes**. In: ROTHMAN, Franklin Daniel. *Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*. UFV, Minas Gerais, p. 39-63, 2008.